

Abrindo novos
caminhos para
o gás natural.

Demonstrações Contábeis 2017



Sumário



03 Demonstrações Contábeis

- 03 Balanços Patrimoniais
- 05 Demonstração do resultado
- 06 Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto
- 07 Demonstração do valor adicionado
- 08 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
- 09 Demonstração de resultados abrangentes
- 10 Notas explicativas da administração

26 Relatório dos Auditores Independentes

28 Parecer do Consenso Fiscal

29 Administração

Demonstrações Contábeis

Balancos Patrimoniais

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhões de reais

ATIVO	NOTA	2017	2016
			Reapresentado nota 2.2
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	22	45
Títulos e valores mobiliários	5	206	607
Aplicações financeiras vinculadas	6	6	6
Contas a receber:			
Sistema Petrobras	8(a)	117	204
Tributos antecipados		98	199
Demais ativos circulantes		14	12
Total do ativo circulante		463	1.073
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		2	2
		2	2
Imobilizado	7	1.915	2.040
Estoque de sobressalentes		49	47
Total do Imobilizado		1.964	2.087
Intangível - softwares		11	9
Total do ativo não circulante		1.977	2.098
Total do ativo		2.440	3.171

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balancos Patrimoniais

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhões de reais

PASSIVO	NOTA	2017	2016
Circulante			
Fornecedores		44	45
Provisão para imposto de renda e contribuição social	10	127	351
Contas a pagar, incluindo adiantamentos - empresas do Sistema Petrobras	8(a)	181	325
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	8(b)	86	-
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	9	57	66
Dividendos	11(c)	271	424
Outras contas a pagar		55	73
Total do passivo circulante		821	1.284
Não circulante			
Contas a pagar, incluindo adiantamentos - empresas do Sistema Petrobras	8(a)	759	903
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	8(b)	-	84
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	9	-	56
Obrigações atuariais	20	57	53
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10(a)	291	132
Total do passivo não circulante		1.107	1.228
Patrimônio líquido			
	11		
Capital social		203	203
Reservas de lucros		41	41
Ajustes de avaliação patrimonial		(3)	(8)
Dividendos adicionais propostos		271	423
Total do patrimônio líquido		512	659
Total do Passivo		2.440	3.171

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do resultado

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhões de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita operacional líquida (Nota 12)	1.332	1.476
Custo dos serviços prestados		
Depreciação do gasoduto e de bens operacionais	(176)	(169)
Custo de operação e manutenção (Nota 13)	(183)	(159)
Total do custo dos serviços prestados	(359)	(328)
Lucro bruto	973	1.148
Despesas gerais e administrativas (Nota 14)	(97)	(88)
Lucro operacional	876	1.060
Despesas financeiras (Nota 15)	(74)	(123)
Receitas financeiras (Nota 6)	37	69
Variação cambial de passivos (Nota 16)	(15)	277
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(52)	223
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	824	1.283
Imposto de renda e contribuição social (Nota 10(c))	(279)	(436)
Lucro antes das participações de empregados	545	847
Participações dos empregados	(3)	-
Lucro líquido do exercício	542	847

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhões de reais

	2017	2016
Atividades operacionais		Reapresentado nota 2.2
Lucro líquido do exercício	542	847
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício e o caixa proveniente das atividades operacionais		
Depreciação do gasoduto (Nota 7)	176	167
Depreciação/Amortização de outros itens imobilizado e intangível	6	7
Encargos financeiros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos, não realizados	84	(149)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	152	83
Variações em ativos e passivos		
Redução (aumento) de títulos e valores mobiliários	401	(607)
Redução (aumento) de contas a receber	87	250
Adiantamentos recebidos da Petrobras	(65)	(67)
Aumento (redução) no imposto de renda e contribuição social	(144)	197
Redução (aumento) nos demais ativos	97	67
Aumento (redução) de fornecedores e demais passivos de curto prazo	(320)	292
	<u>474</u>	<u>240</u>
Caixa gerado nas operações	1.016	1.087
Atividades operacionais		
Pagamento de juros a empresas do Sistema Petrobras	(12)	(56)
Pagamento de juros aos demais acionistas	(11)	(54)
Pagamento de juros sobre dividendos	(39)	(15)
Pagamento de juros de financiamentos de agências multilaterais de crédito	(4)	(8)
	<u>(66)</u>	<u>(133)</u>
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais	950	954
Atividades de financiamento		
Amortização do principal da Dívida Subordinada da Logigás	-	(234)
Amortização do principal da Dívida Subordinada aos Demais acionistas	-	(225)
Dividendos pagos	(847)	(321)
Amortização de financiamentos de agências multilaterais de crédito	(67)	(72)
	<u>(914)</u>	<u>(852)</u>
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento		
Atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	(59)	(57)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento	(59)	(57)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(23)	45
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	45	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	22	45

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do valor adicionado

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhões de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receitas		
Serviços de transportes	1.625	1.860
Outras receitas	4	4
	<u>1.629</u>	<u>1.864</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(99)	(84)
Materiais, energia, serviços e outros	(26)	(28)
	<u>(125)</u>	<u>(112)</u>
Valor adicionado bruto	<u>1.504</u>	<u>1.752</u>
Retenções		
Depreciação do gasoduto	(176)	(167)
Depreciação/Amortização de outros itens	(6)	(7)
	<u>(182)</u>	<u>(174)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>1.322</u>	<u>1.578</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Ganho com variação cambial de passivos	-	277
Receitas financeiras	37	69
	<u>37</u>	<u>346</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>1.359</u>	<u>1.924</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhões de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de lucros Legal</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Dividendo Adicional Proposto</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	203	41	5	187	-	436
Autorização da AGO 28/04/16 para pagamento de dividendos	-	-	-	(187)	-	(187)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	847	847
Reavaliação atuarial	-	-	(13)	-	-	(13)
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 11 (c))	-	-	-	-	(424)	(424)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	423	(423)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	203	41	(8)	423	-	659
Autorização da AGO 20/04/17 para pagamento de dividendos	-	-	-	(423)	-	(423)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	542	542
Reavaliação atuarial	-	-	5	-	-	5
Dividendo mínimo obrigatório (Nota 11 (c))	-	-	-	-	(271)	(271)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	271	(271)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	203	41	(3)	271	-	512

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de resultados abrangentes

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhões de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido	542	847
Outros resultados abrangentes:		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Perdas atuariais – Plano de Pensão e AMS	5	(13)
Resultado abrangente total	<u>547</u>	<u>834</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

EM MILHÕES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. ("TBG" ou "Companhia") é uma sociedade anônima constituída em 18 de abril de 1997, que tem a Petrobras Logística de Gás S.A. – LOGIGÁS como acionista controladora desde 10 de dezembro de 2015. A Companhia tem sede no Estado do Rio de Janeiro – RJ e uma Central de Manutenção localizada na cidade de Campinas – SP.

A principal atividade econômica da TBG é a operação do Gasoduto Bolívia-Brasil, de sua propriedade, em território brasileiro. Atividades associadas ao transporte de gás natural na sua região geoeconômica de influência, incluindo telecomunicação por fibra ótica, que também estão contempladas no objeto social da Companhia.

Proprietária e operadora do Gasoduto Bolívia-Brasil, em território brasileiro, a TBG dispõe de capacidade instalada para transportar ininterruptamente até 30,08 milhões de metros cúbicos por dia, ao longo de 2.593 quilômetros de dutos. O trajeto do empreendimento, que passa por 136 municípios, tem início em Corumbá (MS), estende-se pelos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, e termina em Canoas, no Rio Grande do Sul.

A operação do trecho norte, que se estende desde a fronteira do Brasil com a Bolívia até o Estado de São Paulo, foi iniciada em julho de 1999 e, a do trecho sul, ligando o Estado de São Paulo ao Estado do Rio Grande do Sul, em abril de 2000.

Os recursos financeiros para a construção do gasoduto advêm de empréstimos subordinados dos acionistas (Nota 8 (b)) e de financiamentos de agências de crédito (Nota 9).

A recuperação dos investimentos no Gasoduto Bolívia-Brasil está garantida pelos contratos de serviços de transporte com duração de 20 a 40 anos, resumidos a seguir, na modalidade *ship or pay*, na qual os clientes obrigam-se a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado:

(i) Contrato de transporte de quantidades básicas (TCQ) – para 18 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2019. A capacidade referente a este contrato será oferecida ao mercado por chamada pública, em consonância com a Portaria nº 472/2017 do MME e as Resoluções nº 15/2014 e nº 11/2016 da ANP. A capacidade de transporte disponível a partir de 2020 será ofertada por concurso aberto aos carregadores interessados. A Companhia está em tratativas com a ANP e a expectativa é de que até o final de 2018 o Edital de Chamada Pública seja publicado.

(ii) Contrato de transporte de quantidades adicionais (TCO) – para 6 milhões de m³/dia, com pagamento antecipado e prazo de duração de 40 anos e vigência até setembro de 2041.

(iii) Contrato de transporte de quantidades complementares (TCX) – para 6 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2021.

(iv) Contrato de transporte resultante do Concurso Público de Alocação da Capacidade – CPAC 2007 – para uma capacidade adicional de 5,2 milhões de m³/dia no trecho sul do gasoduto, entre Paulínia e Araucária, com prazo de duração de 20 anos e vigência até setembro de 2030.

Os Contratos ora vigentes estão estabelecidos com o cliente Petrobras.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que incluem as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico como base de valor com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi concedida pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2018.

2.2 REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os valores do balanço patrimonial e da demonstração do fluxo de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados nestas demonstrações contábeis para fins de comparação, estão sendo reapresentados em conformidade com o CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e erro (IAS 8)

e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis (IAS 1), em função do ajuste explicado a seguir:

A Companhia reclassificou parte da conta Caixa e equivalentes de caixa para a conta Títulos e valores mobiliários, referente a investimentos no fundo extramercado FAE 2 do Banco do Brasil em 31 de dezembro de 2016, conforme requerido pelo CPC 3 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, em função da avaliação de

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo

Caixa equivalente de caixa	
Títulos e valores mobiliários	
Total do ativo	
Total do passivo	
Patrimônio líquido	
Total do passivo e do patrimônio líquido	

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Redução (aumento) de Títulos e valores mobiliários	
Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais	
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento	
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimento	
Aumento (redução) de caixa e equivalente de caixa	
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	

Esse ajuste não gerou impacto nas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes e das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“a moeda funcional”).

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a di-

ferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

As tabelas a seguir resumem os impactos no balanço patrimonial e na demonstração do fluxo de caixa da Companhia:

31 de dezembro de 2016		
Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
652	(607)	45
-	607	607
3.171	-	3.171
1.228	-	1.228
659	-	659
3.171	-	3.171

31 de dezembro de 2016		
Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
-	(607)	(607)
1.561	(607)	954
(852)	-	(852)
(57)	-	(57)
652	(607)	45
652	(607)	45

ferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

2.4 APURAÇÃO DO RESULTADO

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas são reconhecidas com base no volume de gás natural contratado na modalidade *ship or pay* e as despesas e custos são reconhecidos quando incorridos.

2.5 RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas e despesas financeiras incluem os rendimentos ou encargos e variações cambiais a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes.

2.6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com

vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia possui instrumentos financeiros não derivativos incluindo:

- ▶ Caixa e equivalentes de caixa,
- ▶ Títulos e valores mobiliários,
- ▶ Empréstimos e recebíveis que incluem as contas a receber e outros créditos,
- ▶ Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

2.8 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)

(i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, estoques e ativo imobilizado são revistos, pelo menos, a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é avaliado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perda de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC).

2.9 IMOBILIZADO

Demonstrado ao custo de aquisição ou formação, deduzido da depreciação acumulada, combinado com os seguintes aspectos:

- ▶ Durante a construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, período pré-operacional da TBG, os juros e demais encargos financeiros dos recursos provenientes dos financiamentos aplicados na

construção, líquidos das receitas financeiras, foram acrescidos ao custo do bem.

A depreciação de ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Gasoduto	30
Equipamentos	10
Móveis, utensílios e equipamentos	10

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de ativos substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

Com base nas projeções do modelo econômico da Companhia, que incluem a expectativa de novo contrato para a capacidade a ser ofertada a partir de 2020, conforme descrito na nota 1 de contexto operacional, não foi identificada necessidade de provisões para perdas por redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*).

2.10 PROVISÕES

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.11 PLANO DE PENSÃO E DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO A FUNCIONÁRIOS

Os benefícios atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria complementar, e os de assistência médica, são pro-

visionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente. As premissas atuariais incluem estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

2.12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

São atualizados, de acordo com as cláusulas contratuais, pelas variações cambiais e juros incorridos até a data do balanço e são mensurados pelo custo amortizado.

2.13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, até a data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido no final do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e

passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferido, são calculados, com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda, e alíquota de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido.

2.14 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas adotadas no Brasil.

2.15 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES – COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC)

O CPC emite pronunciamentos e interpretações tidos como análogos às IFRS International Financial Reporting Standards, tal como emitidas pelo IASB International Accounting Standards Board. A seguir, são apresentados os principais pronunciamentos e interpretações emitidos pelo CPC que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2017, bem como os IFRS equivalentes:

Pronunciamento ou interpretação do CPC	IFRS equivalente	Data de vigência
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	IFRS 15 – <i>Revenue from Contracts with Customers</i>	1º de janeiro de 2018
CPC 48 – Instrumentos Financeiros	IFRS 9 – <i>Financial Instruments</i>	1º de janeiro de 2018
ICPC 21 – Transação em Moeda Estrangeira e Adiantamento	IFRIC 22 – <i>Foreign Currency Transactions and Advance Consideration</i>	1º de janeiro de 2018
CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil	IFRS 16 – <i>Leases</i>	1º de janeiro de 2019

a. IFRS 9 – Instrumentos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, entra em vigor o pronunciamento International Financial Reporting Standard 9 – Financial Instruments (IFRS 9), emitido pelo IASB em substituição ao pronunciamento IAS 39 – Financial Instruments: Recognition and Measurement.

O IFRS 9 estabelece, entre outros, novos requerimentos para: classificação e mensuração de ativos financeiros, mensuração e reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, modificações nos termos de ativos e passivos financeiros, contabilidade de hedge e divulgação.

Em geral, uma entidade deve aplicar o IFRS 9 retrospectivamente, conforme o IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors. No entanto, existem exceções a essa forma de aplicação inicial, previstas nas disposições transitórias do IFRS 9, de maneira que a reapresentação de períodos anteriores não é compulsória quando da adoção inicial do pronunciamento. A companhia não pretende reapresentar períodos anteriores em função da aplicação inicial do IFRS 9.

Classificação e mensuração

O IFRS 9 estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo.

A companhia não prevê impactos materiais na classificação e mensuração de seus ativos financeiros quando da adoção inicial do IFRS 9.

Modificação de fluxo de caixa contratual

O IFRS 9 estabelece que se um instrumento financeiro mensurado a custo amortizado tiver seus termos modificados e essa modificação não for substancial, seu saldo contábil deverá refletir o valor presente descontado dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento quando da modificação dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior à modificação, deve ser reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Em razão desse novo requerimento, a companhia espera alterar sua política contábil aplicando os requerimentos de transição permitidos pelo IFRS 9.

Perda no valor recuperável (Impairment)

O modelo estabelecido pelo IFRS 9 para reconhecimento de impairment é baseado nas perdas de crédito esperadas, substituindo o modelo estabelecido pelo IAS 39, que é baseado nas perdas de crédito incorridas. A companhia aplicou a nova metodologia na data base de 31 de dezembro de 2017 e não apurou qualquer perda de impairment sobre ativos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

Contabilidade de hedge

As relações de hedge de fluxo de caixa das exportações futuras altamente prováveis para fins de IAS 39 serão consideradas como relações de proteções contínuas na adoção do IFRS 9, uma vez que também se qualificam para contabilização de hedge de acordo com o novo pronunciamento.

O IFRS 9 não altera os princípios gerais para contabilização do hedge de fluxo de caixa, entretanto, ao mensurar a inefetividade do hedge, torna requerida a consideração do valor do dinheiro no tempo. Esse novo requerimento, contido no IFRS 9, pode causar alguma inefetividade em determinadas relações de hedge de fluxo de caixa das exportações futuras altamente prováveis, o que reduzirá o montante de variação cambial que a companhia poderá reconhecer no patrimônio líquido em um dado período.

Exceto pelos requerimentos adicionais de divulgação, a companhia não espera reconhecer impactos da adoção dos novos requerimentos de contabilidade de hedge em 1º de janeiro de 2018.

b. IFRS 15 – Receitas de Contrato com Clientes

A partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor o pronunciamento International Financial Reporting Standard 15 - Revenue from Contracts with Customers (IFRS 15). Este pronunciamento emitido pelo IASB substitui uma série de pronunciamentos e interpretações, incluindo o pronunciamento IAS 18 - Revenue.

O objetivo do IFRS 15 é estabelecer os princípios que devem ser aplicados para que sejam apresentadas informações úteis aos usuários de demonstrações financeiras sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente, o que inclui maiores requerimentos de divulgação. Esse pronunciamento deverá ser aplicado a todos os contratos com clientes, exceto quando a transação envolver permutas não monetárias entre entidades na mesma linha de negócios para facilitar vendas a clientes ou clientes potenciais, ou quando a transação estiver no escopo de outro pronunciamento.

Os requerimentos do IFRS 15 estabelecem uma abordagem abrangente para determinar quando (ou a que medida) e por quais montantes receitas de contratos com clientes devem ser reconhecidas. Especificamente o novo pronunciamento traz um modelo composto pelas cinco etapas a seguir: 1) identificação do contrato com o cliente; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento quando (ou enquanto) a obrigação de desempenho é satisfeita. Uma obrigação de desempenho é considerada satisfeita quando (ou à medida que) o cliente obtém o controle sobre o bem ou serviço prometido.

Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRS 15, uma entidade deverá aplicar o pronunciamento: (i) retrospectivamente, a cada período anterior conforme o IAS 8 e sujeito a determinados

expedientes práticos ou, (ii) retrospectivamente, com os efeitos cumulativos da aplicação inicial do pronunciamento reconhecidos na data de sua aplicação inicial. A companhia pretende aplicar a segunda abordagem a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo que não foram identificados efeitos cumulativos a serem reconhecidos nessa data.

c. IFRIC 22 – Foreign Currency Transactions and Advance Consideration

A partir de 1º de janeiro de 2018, entrou em vigor a interpretação técnica IFRIC Interpretation 22 – Foreign Currency Transactions and Advance Consideration (IFRIC 22), emitido pelo IASB.

O IFRIC 22 aplica-se à transação em moeda estrangeira (ou parte dela) que resulta no reconhecimento de ativo não monetário ou passivo não monetário, decorrente de pagamento ou recebimento antecipado (adiantamento), antes que seja reconhecido o ativo, a despesa ou a receita relacionada ao adiantamento. O IFRIC 22 esclarece que a data da taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial do ativo, da despesa ou da receita relacionada ao adiantamento é a mesma utilizada no reconhecimento inicial do adiantamento.

Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRIC 22, a companhia pretende aplicar os requerimentos prospectivamente a partir da sua entrada em vigor, o que poderá implicar na alteração da taxa de câmbio a ser utilizada no reconhecimento inicial de determinados passivos.

d. IFRS 16 – “Arrendamento Mercantil”

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 – Leases (IFRS 16), que vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 – Leases; IFRIC 4 – Determining whether an Arrangement contains a Lease; SIC-15 – Operating Leases – Incentives; e SIC-27 – Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease.

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Esse pronunciamento deverá ser aplicado a todos os contratos de arrendamento mercantil, exceto:

- Arrendamentos para explorar ou usar minerais, petróleo, gás natural e recursos não renováveis similares;
- Arrendamentos de ativos biológicos dentro do alcance do IAS 41 – Agriculture mantidos por arrendatário;
- Acordos de concessão de serviço dentro do alcance da IFRIC 12 – Service Concession Arrangements;
- Licenças de propriedade intelectual concedidas por arrendador dentro do alcance do IFRS 15; e

- Direitos detidos por arrendatário previstos em contratos de licenciamento dentro do alcance do IAS 38 – Intangible Assets para itens como: filmes, gravações de vídeo, reproduções, manuscritos, patentes e direitos autorais.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.

Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17. A TBG não prevê impactos em suas demonstrações contábeis pela observância do IFRS 16.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a. Vida útil dos ativos

A Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente (nota 7).

b. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições

adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais (nota 17).

c. Plano de previdência complementar

A gestão do plano de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento.

A parcela da contribuição com característica de benefício definido esteve suspensa de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2015, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Com relação a planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições na forma contratual. A Companhia não tem qual-

quer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2017	2016 Reapresentado nota 2.2
Aplicações financeiras	22	45
	<u>22</u>	<u>45</u>

As aplicações financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A. e estão representadas por quotas de fundos de renda fixa, que apresentaram valorização média de 111% do CDI no exercício, com vencimento inferior a 90 dias.

5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2017	2016 Reapresentado nota 2.2
Aplicações financeiras	206	607
	<u>206</u>	<u>607</u>

As aplicações financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A. e estão representadas por quotas de fundos de renda fixa disponíveis para venda, que apresentaram valorização média de 111% do CDI no exercício.

6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	2017	2016
Vinculados ao serviço da dívida	6	6
	<u>6</u>	<u>6</u>

As aplicações financeiras vinculadas são mantidas no Banco do Brasil S.A. para garantir o pagamento do serviço da dívida de curto prazo em moeda estrangeira. Em 2017 apresentou rentabilidade de 11,1% equivalente a 105% do CDI.

As receitas financeiras estão assim demonstradas:

	2017	2016
Receita nas aplicações de renda fixa	37	68
Operações a termo	-	1
	<u>37</u>	<u>69</u>

7 IMOBILIZADO

	Tempo estimado de vida útil (anos)	2017		2016	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Gasoduto Bolívia-Brasil (i)	30	4.493	(2.615)	1.878	1.976
Imóveis e benfeitorias	10 a 25	11	(6)	5	5
Móveis, equipamentos e instalações de escritório	10	5	(5)	-	1
Máquinas e equipamentos Operacionais	10	21	(19)	2	2
Equipamentos e instalações de processamento de dados	5	14	(11)	3	3
Equipamentos e instalações de comunicação	5	6	(5)	1	1
Imobilizado em andamento (ii)		26	-	26	52
		4.576	(2.661)	1.915	2.040

(i) A vida útil-econômica do Gasoduto Bolívia-Brasil foi determinada com base em laudo técnico de engenharia.

(ii) O imobilizado em andamento inclui melhorias operacionais no gasoduto.

	Gasoduto Bolívia Brasil	Ativos em construção	Equipamentos e outros bens de operação	Imóveis, instalações e outros bens	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.122	22	3	10	2.157
Adições	-	56	-	-	56
Transferências	21	(26)	2	1	(2)
Depreciação	(167)	-	(2)	(2)	(171)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.976	52	3	9	2.040
Adições	-	53	-	1	54
Transferências	78	(79)	-	1	-
Depreciação	(176)	-	(1)	(2)	(179)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.878	26	2	9	1.915

8 PARTES RELACIONADAS

a. Sistema Petrobras

	2017			2016		
	Petrobras	Logigás	Total	Petrobras	Logigás	Total
Ativo circulante						
Contas a receber	117	-	117	204	-	204
	117	-	117	204	-	204
Passivo circulante						
Contas a pagar	-	2	2	-	-	-
Efeito cambial sobre a tarifa (i)	35	-	35	271	-	271
Adiantamentos de clientes (ii)	54	-	54	54	-	54
Empréstimos subordinados – Nota 8(b)	-	90	90	-	-	-
	89	92	181	325	-	325
Passivo não circulante						
Adiantamentos de clientes (ii)	759	-	759	816	-	816
Empréstimos subordinados – Nota 8(b)	-	-	-	-	87	87
	759	-	759	816	87	903
Resultado do exercício:						
Receita bruta de serviços prestados – Nota 12	1.629	-	1.629	1.864	-	1.864
Despesas financeiras – Nota 15	-	(33)	(33)	-	(58)	(58)
Variações cambiais – Nota 16	(8)	(1)	(9)	122	62	184

(i) Efeito cambial sobre a tarifa

De acordo com termos contratuais, a tarifa de transporte praticada no ano é fixada em janeiro e mensalmente é calculada a diferença entre o valor apurado em reais com a paridade do dólar norte-americano do dia do recebimento, e a tarifa fixada em reais no início do ano. As diferenças apuradas mensalmente são registradas no resultado do exercício em que são apuradas, gerando um valor a receber ou a ressarcir à Petrobras, que será compensado na tarifa de transporte do ano seguinte, considerando as quantidades previstas nos contratos. No exercício de 2017 foi apurado o montante de R\$ 35 milhões a ser devolvido, via redução da tarifa, no ano de 2018 (em 2016 foi apurado o montante de R\$ 271 milhões, a ser devolvido em 2017 via redução da tarifa).

(ii) Adiantamentos de clientes

Petrobras

Refere-se a valor recebido em adiantamento do contrato TCO, aportado pela Petrobras, equivalente a US\$ 302 milhões, que foi destinado ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, conforme previsto no “Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças”, e está sendo liquidado conforme a prestação de serviços de transporte pelo período de 40 anos, desde 2001.

Inclui o pré-pagamento para financiamento de expansão do trecho sul, que está sendo liquidado através da prestação de serviço num período de 20 anos, desde outubro de 2010, e novas estações de entrega, que serão liquidados conforme a prestação de serviço de transporte, após o término de cada obra.

Inclui também o pré-pagamento do aluguel de uma parte da faixa de servidão (área de passagem) do gasoduto pelo período de 20 anos, a partir de 25 de julho de 2001. Inicialmente este contrato foi assinado com a Gaspetro e em 1º de junho de 2012 foi cedido para a Petrobras.

b. Operações com acionistas

Empréstimos subordinados

Conforme previsto no “Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças”, a captação dos recursos necessários ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil incluiu aportes de recursos dos acionistas no montante de US\$ 310 milhões, destinados a comportar o orçamento básico do empreendimento. Deste total, 59% foram registrados como empréstimos subordinados e 41% como capital social, ambos aportados na proporção da participação societária de cada acionista.

Até abril de 2000, os acionistas eram responsáveis, ainda, pelos financiamentos dos gastos administrativos da TBG, que totalizaram US\$ 19 milhões. Deste total, 50% foram registrados como empréstimos subordinados e 50% como capital integralizado, também na proporção da participação societária de cada acionista.

Os empréstimos junto às agências multilaterais de crédito e às agências de crédito à exportação têm condição prioritária de liquidação e por isso são qualificados como dívidas sênior. Os empréstimos obtidos junto aos acionistas deverão ter liquidação subsequente e por isso são qualificados como empréstimos subordinados. Ambos possuem características de longo prazo.

Os empréstimos subordinados totalizam US\$ 192,4 milhões, remunerados à taxa de juros de 15%a.a., cujo pagamento do principal ocorrerá após a liquidação dos financiamentos das agências multilaterais de crédito. Em 2016 foi autorizado pelos detentores das dívidas sênior a amortização de US\$ 140 milhões dos empréstimos subordinados, resultando um saldo remanescente de US\$ 52 milhões que serão liquidados em dezembro de 2018.

Os saldos dos empréstimos subordinados em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, incluindo o principal e os juros, são:

	2017	2016
Passivo circulante		
Petrobras Logística de Gás S.A. – Logigás (Nota 8 (a))	90	-
BBPP Holdings Ltda.w	51	-
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.	21	-
GTB – TBG Holdings S.À. R. L.	14	-
Total dos demais acionistas	86	-
Passivo não circulante		
Petrobras Logística de Gás S.A. – Logigás (Nota 8 (a))	-	87
BBPP Holdings Ltda.	-	50
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.	-	20
GTB – TBG Holdings S.À. R. L.	-	14
Total dos demais acionistas	-	84

Em 2017 as despesas financeiras com juros creditados aos acionistas por conta dos empréstimos subordinados foram de R\$ 25 e a correção dos dividendos pela SELIC foi de R\$ 39.

	2017	2016
Petrobras Logística de Gás S.A. – Logigás (Nota 8(a))	33	58
BBPP Holdings Ltda.	19	33
YPFB Transporte do Brasil Holding Ltda.	7	13
GTB – TBG Holdings S.À. R. L.	5	9
Total dos demais acionistas	31	55

c. Remuneração de pessoal (em reais)

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais e dirigentes da TBG, relativas ao mês de dezembro de 2017 e 2016 foram as seguintes:

	2017	2016
Remuneração por empregado:		
Maior remuneração	49.183,36	45.301,06
Remuneração média	19.554,19	18.815,99
Menor remuneração	5.538,78	5.512,51
Remuneração de dirigente (maior)	73.324,96	67.537,04

9 FINANCIAMENTOS DE AGÊNCIAS MULTILATERAIS DE CRÉDITO

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para informações sobre risco de taxa de juros e moeda estrangeira, veja Nota 18 (b) – Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco.

Em novembro e dezembro de 1998, foram assinados contratos de financiamento com as agências multilaterais de crédito relacionadas a seguir, no montante de US\$ 510 milhões, com prazos variando de 15 a 20 anos, e saques efetuados a partir de 1999, cujos saldos em 31 de dezembro são compostos como se segue:

	2017	2016
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	47	92
Banco Europeu de Investimento (BEI)	10	30
	57	122
(-) Passivo circulante	(57)	(66)
Passivo não circulante	-	56

Vencimentos do valor nominal do principal e juros dos financiamentos até o vencimento

	2017	2016
6 meses ou menos	34	35
6 a 12 meses	23	35
1-2 anos	-	58
	57	128

Os pagamentos do principal e juros dos financiamentos concedidos pelas agências multilaterais de crédito são garantidos pelo Governo Federal do Brasil (União). Por conta de cada contrato de garantia emitido pela União em favor das mesmas, foram firmados contratos de contragarantia, tendo como signatários a União, a TBG, a Petrobras e o Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG compromete-se a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União. O contrato de caução de contas e receitas firmado entre a TBG, a Petrobras, na qualidade de credora caucionária das contas correntes de titularidade da TBG e dos recursos nelas depositados, e o Banco do Brasil S.A., como interveniente-anuente, disciplina a vinculação das receitas mencionadas.

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Contrato de US\$ 240 milhões à taxa de juros LIBOR (variável determinada pelo IADB rate do BID), que em 31 de dezembro de 2017 foi de 1,58%, mais spread de 1,35% a.a. totalizando 2,93% a.a. A totalidade do valor contratado foi sacada até dezembro de 2001 e o vencimento da última parcela será em 15 de dezembro de 2018.

Banco Europeu de Investimento (BEI)

Contrato de US\$ 60 milhões à taxa de juros determinada pelo Banco (*EIB internal rate*), fixada em 7,09% a.a. O valor total contratado foi sacado de uma só vez em 1999 e o vencimento da última parcela será em 15 de junho de 2018.

Os contratos apresentam as seguintes cláusulas restritivas (“*covenant*”):

(i) O Mutuário não poderá, sem autorização prévia do Banco, assumir novas obrigações financeiras distintas das contempladas no esquema de financiamento para a execução do projeto e cujos prazos de vencimento sejam maiores de um ano, se como consequência desse novo endividamento a relação entre a geração interna de recursos e os serviços de suas dívidas, compreendendo o pagamento do principal, juros, comissões e outros encargos, for inferior a 1,5 vezes;

(ii) O Mutuário compromete-se a adotar as medidas necessárias para que a relação entre a dívida privilegiada (*senior debt*) de longo prazo (excluída a porção dessa dívida com vencimento no ano em curso), e a soma do patrimônio líquido com o passivo total não seja superior a 67%.

Para os anos de 2017 e 2016, a Companhia cumpriu com estas obrigações.

10 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

(a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o lucro têm a seguinte origem:

	2017	2016
Passivo:		
Depreciação fiscal do gasoduto	371	280
Lucro não realizado em operações com empresa de economia mista	24	43
Provisão para devolução de tarifa	(12)	(92)
Efeito da tributação da variação cambial pelo regime de caixa	(75)	(79)
Outras exclusões temporárias	(19)	(19)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado	289	133
IRPJ e CSLL diferidos em outros resultados abrangentes	2	(1)
	291	132

(b) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício, antes dos impostos e após participação dos empregados	821	1.283
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro às alíquotas nominais combinadas (34%)	(279)	(436)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro registrados no resultado do exercício	(279)	(436)
Corrente	(127)	(351)
Diferido	(152)	(85)

(c) Provisão para imposto de renda e contribuição social:

	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social registrados no resultado	279	436
Aumento (redução) do valor a pagar:		
Pela tributação das perdas cambiais nas dívidas, somente quando realizados (regime de caixa)	(4)	(149)
Provisões temporárias	(76)	38
Depreciação fiscal do gasoduto	(91)	(93)
Diferimento do lucro com Sociedade de Economia Mista	19	59
Provisão para imposto de renda e contribuição social registrada no passivo circulante	127	(351)

11 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social, subscrito e integralizado, estava representado por 203.288.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Os acionistas da Companhia, e suas respectivas participações acionárias, são os seguintes:

- 51% - Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás;
- 29% - BBPP Holdings Ltda. - BBPP;
- 12% - YPF B Transportes do Brasil Holding Ltda.; e
- 8% - GTB - TBG Holdings S.À. R. L..

b. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos propostos

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 50% do lucro líquido, que em 2017 corresponde a R\$ 271. A proposta de dividendos encaminhada à Assembleia Geral Ordinária é de R\$ 542, composta pela destinação remanescente do lucro do exercício, registrados no patrimônio líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Está assim demonstrado o montante da remuneração dos acionistas:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	542	847
Dividendos propostos	542	847
Sendo:		
Dividendo a pagar – passivo circulante	271	424
Dividendo adicional proposto – patrimônio líquido	271	423
Dividendo a pagar passivo circulante – R\$ por ação	1,33	2,08
Dividendo adicional proposto patrimônio líquido – R\$ por ação	1,33	2,08

12 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Receita bruta de serviços prestados (Nota 8(a))	1.629	1.864
Tributos incidentes sobre faturamento	(297)	(388)
Receita operacional líquida	<u>1.332</u>	<u>1.476</u>

13 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Custo de operação e manutenção		
Pessoal	85	75
Manutenção, conservação e reparos	42	30
Aluguel	18	15
Consumo de material	12	9
Utilização de sistemas de comunicação	3	2
Serviço de apoio operacional e outros	17	20
Despesas de viagens	2	2
Consumo de energia	4	6
	<u>183</u>	<u>159</u>

14 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Pessoal	60	57
Honorários da Diretoria e do Conselho de Administração	6	5
Despesas com imóveis	4	6
Despesas com equipamentos, mobília e instalação	6	1
Despesas com serviços contratados	14	12
Despesas de viagens	1	1
Despesas de comunicação e gerais	6	6
	<u>97</u>	<u>88</u>

15 DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fornecedores	6	1
Empréstimos e financiamentos	4	8
Empresas do Sistema Petrobras (nota 8 (b))	33	58
Empréstimo subordinado – demais acionistas	12	49
Juros sobre dividendos – demais acionistas	19	7
	<u>74</u>	<u>123</u>

16 VARIAÇÃO CAMBIAL DE PASSIVOS

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Empréstimos e financiamentos	5	(33)
Empresas do Sistema Petrobras	9	(184)
Empréstimo subordinado – demais acionistas	1	(60)
	<u>15</u>	<u>(277)</u>

17 CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações. Os processos com prognóstico de perda provável foram provisionados e estão incluídos no passivo circulante, em fornecedores, devido ao vínculo com contratos de fornecimento de serviços. Em 2017, montam R\$ 3 (R\$ 3 em 2016). Alguns processos foram classificados como sendo de risco de perda possível. Os mais relevantes estão a seguir mencionados, porém a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, não espera perdas financeiras nas ações em curso e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi registrada nas demonstrações contábeis.

Contingências passivas

- ▶ Uma empreiteira contratada para obras do projeto Confiabilidade pleiteia a condenação da TBG ao pagamento de indenização de perdas e danos em razão de suposto desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor máximo de exposição da TBG é de R\$ 223 (R\$ 204 em 2016). Por outro lado, a TBG ajuizou ação pleiteando a condenação da empreiteira ao pagamento de indenização de perdas e danos em razão dos sucessivos inadimplementos contratuais. O valor pleiteado atualizado é de R\$ 149 (R\$ 137 em 2016).
- ▶ Pleito de indenização por conta de prejuízos decorrentes da alta dos preços de produtos e materiais e da variação cambial ocorridos no curso da execução dos contratos de prestação de serviços. O valor máximo de exposição da TBG, atualizado, é de R\$ 100 (R\$ 88 em 2016).
- ▶ Pleito de ressarcimento, no valor de R\$ 25 (R\$ 22 em 2016), por supostos prejuízos e custos adicionais decorrentes do contrato de prestação de serviços para a construção da ECOMP de Capão Bonito, SP.
- ▶ A TBG consta como polo passivo de diversas ações trabalhistas, na qualidade de responsável subsidiária. As referidas demandas são classificadas, em sua maioria, como possíveis, gerando valor de exposição máxima de R\$ 3 (R\$ 5 em 2016).
- ▶ Multas e sanções de atos administrativos R\$ 16.
- ▶ Pleitos de natureza indenizatória, diversos autores R\$ 17.

- ▶ Contribuições previdenciárias decorrentes de fiscalização da Receita Federal do Brasil no valor de R\$ 3 (R\$ 3 em 2016).
- ▶ Pedidos de ressarcimento ou restituição de IRPJ e II R\$ 6.

Contingência ativa – Não contabilizada

- ▶ ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS

A TBG ajuizou, em agosto de 2008, Mandado de Segurança para excluir das bases de cálculo do PIS e da COFINS os valores pagos a título de ICMS. Em 28 de outubro de 2016, foi publicada decisão sobre o sobrestamento do Mandado de Segurança até o pronunciamento definitivo do STF no recurso extraordinário nº 574.706/PR, interposto pela União Federal, face a existência de repercussão geral da questão constitucional versada nos autos do Mandado de Segurança. Em 13 de dezembro de 2017, foi publicada a decisão que determinou remessa dos autos para o TRF da 2ª Região, para associar os presentes autos ao paradigma RE 574.706/PR, tendo em vista que o STF reconheceu a repercussão geral da questão constitucional versada nos autos, cujo Acórdão foi publicado em 2 de outubro de 2017.

18 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Os controles para identificação de eventuais derivativos embutidos nas operações da Companhia são corporativos e aplicados por sua controladora Petrobras. Tais controles estão relacionados principalmente à identificação de possíveis derivativos embutidos e orientação relacionada ao tratamento contábil a ser dado pelas empresas do sistema Petrobras. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não foram identificados derivativos embutidos nas operações da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações contábeis da Companhia, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros	Nota	2017	2016 Reapresentado nota 2.2
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4	22	45
Títulos e valores mobiliários	5	206	607
Aplicações financeiras vinculadas	6	6	6
Contas a receber	8 (a)	117	204
Passivos			
Fornecedores		45	46
Contas a pagar, incluindo adiantamentos – empresas do Sistema Petrobras	8(a)	940	1.228
Empréstimos e financiamentos	9	57	122

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia concentra suas operações financeiras com o Banco do Brasil S.A. (notas 4 e 5), o que faz com que este risco seja reduzido.

Não há risco de crédito em relação ao único cliente, Petrobras, que, nos dezenove anos de operação da Companhia, sempre efetuou os pagamentos de faturas dentro dos prazos contratados.

b. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio do dólar norte-americano.

A viabilização financeira do projeto da Companhia baseou-se na contratação de empréstimos e aportes de acionistas, indexados substancialmente ao dólar norte-americano, conforme descrito nas Notas 8 e 9.

A exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2017 está concentrada em seus empréstimos e financiamentos, com instituições financeiras e acionistas, em dólar norte-americano, no montante de R\$ 233 (R\$ 293 em 2016).

Os adiantamentos recebidos da Petrobras (Nota 8), cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 813 (R\$ 870 em 2016), embora incluam parcela vinculada ao dólar, não são considerados em risco, tendo em vista que sua liquidação dar-se-á através da prestação de serviços de transporte, que tem também indexação a essa moeda.

Análise de sensibilidade

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para os instrumentos financeiros com risco de taxa de câmbio, considerando que o cenário provável representa o saldo dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2017, e que os cenários possível e remoto representam o efeito decorrente da variação na cotação da taxa cambial, de 25% e 50%, respectivamente:

	Cenários		
	Provável (saldo)	Possível	Remoto
Empréstimos e financiamentos	233	58	116

Conforme mencionado na Nota 8(i), as receitas de serviços de transporte são atreladas à variação do dólar norte-americano, conferindo proteção cambial congênita a longo prazo.

c. Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com gastos de capital, pagamentos de empréstimos, despesas operacionais, tributos e dividendos. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, por recebíveis e realizáveis de curto e longo prazos e prestação de serviços de transporte. Estas origens de recursos somadas à posição financeira da Companhia tendem a continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital necessários à sua operação.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Em 31 de dezembro de 2017

Fornecedores e outras obrigações	46	-	-
Contas a pagar com empresas do Sistema Petrobras	181	65	260
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	86	-	-
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	57	-	-
	370	65	260

Em 31 de dezembro de 2016

Fornecedores e outras obrigações	45	-	-
Contas a pagar com empresas do Sistema Petrobras	351	167	201
Empréstimos subordinados dos demais acionistas	13	96	-
Financiamentos de agências multilaterais de crédito	66	56	-
	475	319	201

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
	46	-	-
	181	65	260
	86	-	-
	57	-	-
	370	65	260
	45	-	-
	351	167	201
	13	96	-
	66	56	-
	475	319	201

d. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus passivos financeiros.

Visando à mitigação desse tipo de risco, os empréstimos e financiamentos da Companhia foram contratados com taxas de juros fixas e variáveis. Parte substancial da dívida tem taxas de juros fixas, e aquelas sujeitas às taxas variáveis foram contratadas junto a instituições multilaterais de crédito que historicamente têm volatilidade menor que as taxas de mercado. Os saldos dos empréstimos e financiamentos estão assim distribuídos com relação às taxas de juros:

	2017	2016
Total com taxas fixas	186	631
Total com taxas variáveis	47	92
	233	723

e. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os saldos de Recebíveis de ativos financeiros, empréstimos e recebíveis, financiamentos, fornecedores e contas a pagar a empresas do sistema Petrobras estão mensurados ao custo amortizado e os saldos de títulos e valores mobiliários são mensurados a valor justo por meio de resultado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia são equivalentes aos seus valores contábeis.

19 COBERTURA DE SEGURO

O Gasoduto Bolívia-Brasil encontra-se segurado contra riscos de danos materiais, interrupção de negócios e responsabilidade civil. As coberturas foram contratadas pela Petrobras em nome da TBG. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Os valores em risco e os limites máximos de indenização são os seguintes, em milhões de dólares norte-americanos:

	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Danos materiais	11.291	180
Perda de receita bruta	134	134
Responsabilidade civil	250	250

O limite máximo de indenização confere à Companhia a necessária cobertura securitária considerando as características do bem segurado, a probabilidade de ocorrência de sinistros e seu valor de reposição.

20 OBRIGAÇÕES ATUARIAIS

	2017	2016
Plano de previdência complementar	15	13
Plano de saúde – AMS	42	40
	57	53

Previdência complementar

Todos os empregados da Companhia são participantes do plano Petros 2, estabelecido na modalidade de contribuição definida para os benefícios previdenciários e contribuição variável para os benefícios de risco.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método de unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2017 é de 43 anos.

Plano de saúde AMS – Benefício pós-emprego

Desde 2014, os empregados da Companhia migraram para o plano de saúde AMS – Assistência Multidisciplinar de Saúde,

mantido pela Petrobras. O plano é administrado pela própria companhia e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde. Nesse sentido, a companhia busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal prede-

finida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais e etários, além do benefício farmácia, que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano, em 31 de dezembro de 2017, é de 29 anos.

Movimentação das Obrigações Atuariais

Obrigações atuariais no início do exercício
 Custos reconhecidos no resultado
 Outros resultados abrangentes – ORA
Obrigações atuariais no final do exercício

	2017			2016		
	Petros 2	AMS	Total	Petros 2	AMS	Total
Obrigações atuariais no início do exercício	13	40	53	2	27	29
Custos reconhecidos no resultado	3	9	12	1	7	8
Outros resultados abrangentes – ORA	(1)	(7)	(8)	10	6	16
Obrigações atuariais no final do exercício	15	42	57	13	40	53

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG
Rio de Janeiro – RJ

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TBG em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASES

Transação com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que a totalidade das operações de prestação de serviço relacionadas ao transporte de gás é realizada com a Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nº 1 e 7 às demonstrações contábeis. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparada originalmente antes dos ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.2, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 16 de março de 2017. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, examinamos os ajustes nos valores correspondentes do balanço patrimonial e demonstração de fluxos de caixa relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que em nossa opinião são apropriados e foram adequadamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre tais demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório de Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 15 de março de 2018.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Marcelo Luiz Ferreira
Contador CRC RJ-087095/O-7

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, tomou conhecimento do Relatório da Administração 2017 e procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, compostas do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, dos Resultados Abrangentes e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pela Diretoria Financeira e no Relatório da KPMG Auditores Independentes, que declara que as Demonstrações Contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da TBG em 31 de dezembro de 2017, o Conselho Fiscal, por unanimidade, entende que as referidas Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

A Administração da empresa propõe a distribuição de dividendos no valor R\$ 541.713.298,02 (quinhentos e quarenta e um milhões, setecentos e treze mil, duzentos e noventa e oito reais

e dois centavos) provenientes da destinação integral do resultado do exercício de 2016. O dividendo mínimo obrigatório é de R\$ 270.856.649,01 (duzentos e setenta milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e nove reais e um centavo), correspondente à 50% do lucro líquido (art 27, II do Estatuto Social da TBG). Além disso, a Administração da empresa está propondo à Assembleia Geral Ordinária, o dividendo adicional de R\$ 270.856.649,01 (duzentos e setenta milhões, oitocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e quarenta e nove reais e um centavo), remanescente do lucro do exercício.

Considerando as informações econômico-financeiras apresentadas pela Administração da TBG, o Conselho Fiscal opina, por unanimidade, que a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encontra-se apta a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2018.

Rodolfo de Souza Gomes

Júlio César Gonçalves Corrêa

Eduardo Poggi da Rocha

Administração

Ricardo José Lourenço de Mello
Presidente do Conselho de Administração

Rogério Santana da Silva
Conselheiro

Nilson Jaques Cytryn
Conselheiro

Marcel Takeshi Abe
Conselheiro

Cleyton Domingues de Moura
Conselheiro

Marisa Celina Basualdo
Conselheira

Marco Antônio Oliveira
Conselheiro

Carlos Eduardo Ibañez Rodriguez
Conselheiro

Renato de Andrade Costa
Diretor-Superintendente

Marcelo Curto Saavedra
Diretor de Manutenção e Operação

Jorge Roberto Abrahão Hijjar
Diretor Comercial

Jorge José Nahas Neto
Diretor Financeiro

Robson Nunes Ribeiro
Gerente de Controladoria

Ricardo Souza de Holanda
Contador CRC-RJ-040722/O-2